

# HISTÓRIA DO COLÉGIO AGRÍCOLA DE UBERLÂNDIA/MG: CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO – 1957 A 1969<sup>1</sup>

Daniele da Costa Garcia<sup>2</sup>

## Resumo

A preocupação central desse artigo constitui-se em analisar a história da criação do Colégio Agrícola de Uberlândia no período de 1957 a 1969, período em que foi assinado o convênio para a sua instalação até a sua inauguração. Pretende-se compreender os motivos que levaram à fundação de uma escola de ensino técnico agrícola de nível médio no interior do estado de Minas Gerais e entender as razões para a demora na sua construção, uma vez que se propagava entre as classes dirigentes a importância desse colégio para a população uberlandense. As fontes utilizadas foram: o jornal Correio de Uberlândia, as atas de reuniões da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia e da Câmara Municipal de Uberlândia. Os resultados aos quais chegamos indicam que: o insuficiente e irregular fornecimento de recursos financeiros foi o principal motivo para o atraso das obras do Colégio.

**Palavras-chave:** Colégio Agrícola de Uberlândia, História das Instituições Escolares, Ensino Técnico Agrícola.

## 1. Gênese do Colégio Agrícola de Uberlândia

Uberlândia teve sua economia desenvolvida, principalmente, nas relações mercantis e nas atividades agrícolas. No auge da economia cafeeira, início do século XX, essa cidade foi beneficiada quando passou a ser fornecedora de alimentos para os trabalhadores das lavouras de café de São Paulo, isso se tornou possível devido a sua posição geográfica favorável, localizada na região central do Brasil.

Na segunda metade do século XX, Uberlândia começou a se expandir rapidamente com a construção e instalação de Brasília, a nova capital brasileira, inaugurada no ano de 1960, no Centro-Oeste do Brasil. Carregada do ideário de cidade progressista, não poderia ficar à margem dos empreendimentos ocorridos em todo o País. Assim, o poder público, juntamente com as associações de classe

---

<sup>1</sup> Artigo elaborado a partir da dissertação de mestrado *História do Colégio Agrícola de Uberlândia: da criação a formatura da primeira turma de Técnicos em Agropecuária (1957-1972)* defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia em 10 jan. 2011, sob a orientação da Profª. Drª. Sandra Cristina Fagundes de Lima. A pesquisa contou com financiamento da Capes – Bolsa de Estudo.

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora do curso de Pedagogia das Faculdades Integradas de TrêsLagoas – AEMS. Contato: daniele\_cg@yahoo.com.br

buscavam modernizar a cidade e inseri-la no mercado nacional, com o intuito de torná-la pioneira em várias iniciativas com relação às outras cidades da região (SOBRINHO, 2003).

Nos projetos articulados pela elite uberlandense, nota-se, também, o interesse com relação ao desenvolvimento no campo da educação, especialmente de nível técnico, com a criação das seguintes instituições de ensino: Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial, em 1962;<sup>3</sup> Colégio Agrícola de Uberlândia, em 1969; Escola Estadual Polivalente Guiomar de Freitas Costa, em 1971; e Serviço nacional de Aprendizagem Industrial-Senai, no ano de 1977.

Percebe-se que, dentre as escolas mencionadas, somente o Colégio Agrícola não pautava sua formação para a Indústria. Desde o período colonial até o final da Primeira República, a economia do Brasil cresceu e se desenvolveu baseada na agricultura de exportação. Entretanto, a partir da crise mundial de 1929, presenciou-se uma desvalorização do setor primário com a implantação do modelo econômico de substituição de importações, que incentivou a criação de indústrias. A agricultura permaneceu com suas formas rudimentares de exploração, dificultando o aumento da produção e provocando entraves na economia, pois o setor industrial dependia de matérias-primas advindas da agricultura, bem como a agricultura necessitava de maquinários e insumos produzidos pelas indústrias, formando, assim, um círculo vicioso.

Não só a agricultura foi relegada ao segundo plano nas políticas públicas, mas também a criação e a subvenção de escolas com formação destinada para este setor. Segundo dados do Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional - CENAFO (1975), até o ano de 1970 havia no País noventa estabelecimentos de ensino agrícola de 2º grau com formação de técnicos em agropecuária, laticínios, viticultura e enologia, fruticultura, agrimensura, técnico florestal, auxiliar técnico e economia doméstica. Dentre estas escolas, 30 eram da rede federal e 46 da rede estadual de ensino.

De acordo com os dados da Tabela 1, a maior parte das escolas agrícolas de 2º grau estava localizada no Sudeste (52,2%) e no Sul (26,7%) do Brasil, isso se deu porque havia uma tendência em se construir esse tipo de escola em regiões que

---

<sup>3</sup> A Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial entrou em funcionamento em 1962. No ano de 1964, foi transformada em Ginásio Industrial Américo Renê Gianetti e, em 1971, em decorrência da Lei 5.692/71, passou a se chamar Escola Estadual Américo Renê Gianetti.

apresentassem um maior nível de expansão tecnológica e, conseqüentemente, maior urbanização. As regiões onde predominava o trabalho rural, com baixa produtividade da terra, não recebiam o mesmo incentivo.

TABELA 1 - Distribuição dos estabelecimentos de ensino agrícola de 2º grau do Brasil por entidade mantenedora e região.

Entidade	Região Norte		Região Nordeste		Região Sudeste		Região Sul		Região C. Oeste		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Federal	2	6,6	11	36,7	11	36,7	3	10	3	10	30	100
Estadual	-	-	1	2,1	35	76,1	10	21,8	-	-	46	100
Municipal	-	-	-	-	-	-	1	100	-	-	1	100
Particular	-	-	-	-	-	-	5	100	-	-	5	100
Convênios/outros	-	-	2	25	1	12,5	5	62,5	-	-	8	100
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>2,2</b>	<b>14</b>	<b>15,6</b>	<b>47</b>	<b>52,2</b>	<b>24</b>	<b>26,7</b>	<b>3</b>	<b>3,3</b>	<b>90</b>	<b>100</b>

Fonte: CENAFOR (1975).

Das 47 escolas agrícolas de 2º grau situadas na região Sudeste, 33 estavam localizadas no estado de São Paulo, 3 no Rio de Janeiro, 2 no Espírito Santo e 9 estavam localizadas no estado de Minas Gerais, nas seguintes cidades<sup>4</sup>:

1. **Rio Pomba:** Colégio Agrícola de Rio Pomba, inaugurado em 1962, atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - Campus Rio Pomba;
2. **Barbacena:** Aprendizado Agrícola de Barbacena, fundado em 1910, atualmente, Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – Campus Barbacena;
3. **Florestal:** Central de Ensino e Desenvolvimento Agrário e Florestal (Cedaf), criado no ano de 1939, hoje Universidade Federal de Viçosa – Campus Florestal;
4. **BambuÍ:** Escola Agrícola de Bambuí, inaugurada em 1961, atual Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Bambuí;

<sup>4</sup> Todas estas instituições tiveram seus nomes alterados três ou quatro vezes ao longo do tempo, aqui estão apresentados apenas a primeira e a última denominação. A instituição de Patrocínio é mantida por uma fundação comunitária, as instituições de Florestal e de Montes Claros se tornaram universidades e o restante faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica segundo o Projeto de Lei 3.775/2008 (BRASIL, 2008). Os dados foram extraídos dos seguintes documentos:

[www.riopomba.ifsudestemg.edu.br/home/index.php](http://www.riopomba.ifsudestemg.edu.br/home/index.php)  
[www.eafb.org.br/historico](http://www.eafb.org.br/historico)  
[www.cedaf.ufv.br](http://www.cedaf.ufv.br)  
[www.cefetbambui.edu.br/portal/node/2](http://www.cefetbambui.edu.br/portal/node/2)  
[www.ufmg.br/conheca/lo\\_index.shtml](http://www.ufmg.br/conheca/lo_index.shtml)  
[www.januarialfmg.edu.br](http://www.januarialfmg.edu.br)  
[www.cetcerrado.com.br/Index-4.html](http://www.cetcerrado.com.br/Index-4.html)  
[www.eafmuz.gov.br](http://www.eafmuz.gov.br) (Acesso em 26/10/2010).

5. **Montes Claros:** Colégio Agrícola Antônio Versiani Athayde, criado em 1964, hoje, Instituto de Ciências Agrárias da UFMG – Campus Regional Montes Claros;
6. **Januária:** Escola Agrotécnica de Januária, fundada em 1960, atual Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Januária;
7. **Patrocínio:** Escola Agrotécnica Sérgio de Freitas Pacheco, criada em 1971, instituição privada mantida pela Fundação Comunitária Educacional e Cultural de Patrocínio (Funcecp), atualmente, Centro de Educação Tecnológica do Cerrado (CET);
8. **Muzambinho:** Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho, inaugurada no ano de 1953, hoje é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus Muzambinho;
9. **Uberlândia:** Colégio Agrícola de Uberlândia, criado em 1969, atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Uberlândia.

Observa-se, também, que o número de estabelecimentos de ensino com formação técnica para a agricultura ainda era diminuto diante das necessidades deste setor naquela época, que, paulatinamente, ia se modernizando com a introdução de novas tecnologias. Sabe-se que a falta de mão de obra qualificada não é o único fator para o atraso do setor primário, mas deveria levar a mesma atenção que as outras iniciativas adotadas pelos governos, tais como: crédito agrícola, subsídios para o uso de insumos modernos, preços mínimos, etc. A formação não deveria se restringir a instruções de uso de máquinas e técnicas modernas de produção, mas também deveria incorporar a pesquisa e difusão de novos conhecimentos na área como forma de buscar melhores condições de aproveitamento da terra.

A escolha do local para a construção de escolas agrícolas também levava em consideração a característica demográfica do município. De acordo com o Cenafor (1975), até o ano de 1970, mais da metade das escolas agrícolas de 2º grau localizava-se em municípios cuja população era de 20 a 100 mil habitantes, somente 28,2% situavam-se em municípios com menos de 20 mil habitantes.

Segundo o Decreto nº 63.788/68, que regulamentava a Lei nº 5.465/68, que dispunha sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola, 50% das vagas nos estabelecimentos de ensino médio agrícola, mantidos pela União, deveriam ser reservadas preferencialmente, a cada ano, para matrícula na primeira série, a candidatos agricultores ou filhos destes, que residissem na zona rural. Os 30% das vagas restantes deveriam estar reservadas, preferencialmente, a famílias que morassem na zona rural em cidades que não possuíssem este tipo de

estabelecimento de ensino (BRASIL, 1968). Entretanto, a prática não refletia a preocupação expressa pelo Decreto, pois “mais de 60% das unidades de ensino agrícola localizam-se em municípios com população predominantemente urbana” (CENAFOR, 1975, p. 28). As escolas agrícolas de 2º grau deveriam estar voltadas para a qualificação do produtor rural para atender às necessidades de desenvolvimento da agricultura, porém não se pode concluir que as escolas agrícolas tendiam a privilegiar o atendimento da população do campo.

A escola agrícola construída na cidade de Uberlândia é um exemplo de concretização dos critérios citados acima. A Escola Agrotécnica de Uberlândia foi criada no ano de 1957 e, nesse período, Uberlândia já contava com uma população de 54.874 habitantes, sendo que 65,23% estavam localizados na zona urbana. Quando a Escola foi concluída, no ano de 1969, a população urbana já havia aumentado, para 81,23% com 88.282 habitantes (SOARES, 1988).

A criação da Escola Agrotécnica de Uberlândia data de 21 de outubro de 1957, quando foi celebrado um acordo entre o Governo da União, representado pelo Ministro da Agricultura (1956-1960) Mário Meneghetti, e o Governo do estado de Minas Gerais, representado pelo Deputado Federal (1951-1967) Rondon Pacheco. O documento foi publicado no Diário Oficial (seção 1), no dia 23 de outubro de 1957 e registrado no Tribunal de Contas da União em sessão de 13 de novembro daquele ano (BRASIL, 1957).

Até a publicação desse acordo, houve muita manifestação na imprensa, nas associações de classe e entre os representantes políticos para a instalação de uma escola nesses moldes na cidade de Uberlândia. As elites uberlandenses respaldavam seu propósito no discurso, bastante propagado na sociedade, de que o Brasil era um país de vocação agrícola. Dessa forma,

[...] podemos afirmar que o corpo político em ação nesta região, principalmente a partir dos anos 40, além de estar em sintonia com as diretrizes educacionais difundidas pelo país, acaba incorporando esse discurso. Afinal de contas a cidade de Uberlândia, mostrada como uma força propulsora do progresso na região, não deveria ficar à margem também do setor agrícola e de alto nível técnico (SOBRINHO, 2003, p. 191).

Embasadas nesse discurso, as classes de dirigentes de Uberlândia reivindicavam a formação de agrônomos para suprir as necessidades do campo como forma de aumentar a produção para que os preços dos produtos se tornassem mais acessíveis à população. O artigo do jornal Correio de Uberlândia, “Escassez de

Agrônomos”, criticava a disparidade na quantidade de formandos nos cursos de medicina, direito e agronomia e justificava esta divergência no fato de a administração pública brasileira estar ocupada somente por bacharéis e, por consequência, os interesses do setor agrícola não eram atendidos.

Os processos mecânicos e as novas teorias aconselhadas na cultura das terras brasileiras têm de ser assimiladas por simples intuição e esforço hercúleo do homem da roça, que não contará tão cedo senão com a precária e duvidosa assistência dos técnicos oficiais, menos habituados ao tratamento do solo rural [...]. Sessenta e sete agrônomos por ano – e num ano em que eles deveriam estar disputados por todas as zonas – enquanto a equipe dos médicos recebe um acréscimo de 1226 e a dos bacharéis em direito uma batelada de 1332, é positivamente lamentável para a nossa situação deficitária no domínio dos produtos (ESCASSES de Agrônomos, 1952, p. 2).

A princípio, o interesse era de se estabelecer uma Escola Superior de Agronomia em Uberlândia, a ideia passou a ser estudada quando o vice-presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia (Aciapu), Geraldo Migliorini (1953-1954), visitou a Escola Superior de Agronomia de Piracicaba em São Paulo e ficou entusiasmado com as instalações. A Associação encontrou apoio político do Prefeito Municipal Tubal Vilela da Silva (1951-1955), do Deputado Federal Rondon Pacheco e do Governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek de Oliveira (1951-1955). A Aciapu teve papel preponderante na criação da Escola Agrotécnica de Uberlândia, tanto os presidentes e os vice-presidentes, bem como os sócios que passaram pela Associação se empenharam muito para que esse projeto se tornasse uma realidade.

Fora determinada a Fazenda das Sementes como local para a construção da Escola, mas o acordo firmado entre a União e o estado estabeleceu a Fazenda Sobradinho. As duas fazendas eram próximas e, segundo Damasceno (1991), foram propriedade de Cel. José Teófilo Carneiro (1852-1931), que as vendeu para o governo com a condição de se construir uma escola de formação técnica agrícola. Nessa última Fazenda, localizava-se a Estação de Sobradinho, cortada por uma linha férrea da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro no sentido Uberlândia-Araguari. Essa estrada serviu aos alunos do Colégio Agrícola que saíam da cidade de Uberlândia, durante dois anos, até ser desativada em 1971. Hoje, a Estação de Sobradinho está tombada como patrimônio histórico do município.

Fora constatado que o local designado para a edificação da Escola era de propriedade do estado, dessa forma, o Presidente da Aciapu, Alexandrino Garcia (1953-1955), convocou duas comissões, uma para fazer uma visita à Fazenda e outra para ir à cidade de Uberaba, onde estariam presentes o Governador do estado, o Presidente da República e o Ministro da Agricultura, com o interesse de solicitar um acordo entre o estado e a União para a doação do terreno para a construção da Escola.

O encontro em Uberaba foi realizado dia 3 de maio de 1953. Segundo o artigo “Uma grande vitória de Uberlândia (1953)”, publicado no jornal Correio de Uberlândia, os integrantes da comissão contataram o Governador e o Presidente da República, Getúlio Vargas, que passou o assunto ao Ministro da Agricultura, João Cleofas (1951-1954). Este ponderou o pedido, mas “Disse que curso superior não poderia ser porque agrônomo depois de formado quer é emprego público e que, quem planta é o técnico e, por isso, daria somente uma escola de nível médio” (DAMASCENO, 1991, p. 33).

A comissão designada para fazer a visita à Fazenda das Sementes comentou que o local possuía excelentes terras e seria propício para a instalação da futura Escola Agrotécnica de Uberlândia. Mas era necessário efetuar o levantamento e o estudo do local da fundação da Escola por um engenheiro nomeado pelo Ministério da Agricultura. Ao dia 13 de dezembro de 1953, esteve presente na cidade o Engenheiro João Eliseário de Magalhães, Técnico de Educação Rural da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura (Seav)<sup>5</sup>, para fazer os estudos preliminares na Fazenda das Sementes. O Engenheiro aprovou o local e afirmou estar faltando somente a escritura do imóvel para iniciar a construção (ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE UBERLÂNDIA, ACIAPU, 1953).

A partir do consentimento do Ministro da Agricultura, as esperanças dos uberlandenses aumentaram, entretanto, no dia 8 de junho de 1954, João Cleofas deixou o Ministério para concorrer ao governo de Pernambuco nas eleições de outubro daquele ano. Após sua saída, passaram pela cadeira seis ministros, até Mário Meneghetti ser empossado no dia 2 de outubro de 1956, permanecendo até 5

---

<sup>5</sup> A Seav era um departamento do Ministério da Agricultura, que tinha a finalidade de orientar e fiscalizar o ensino agrícola e veterinário nos seus diferentes graus, e ministrar o ensino superior, médio e elementar da agricultura. Após 1967, essa responsabilidade foi transferida à Diretoria de Ensino Agrícola, vinculada ao Ministério da Educação.

de abril de 1960. Acontecia, no contexto da política nacional, o suicídio de Getúlio Vargas em agosto 1954, assumindo a presidência Café Filho, até a posse de Juscelino Kubitschek em 31 de janeiro de 1956. Constata-se, no jornal Correio de Uberlândia, a ausência de discussões sobre o processo de criação da Escola Agrotécnica de 27 de agosto de 1954 a 23 de fevereiro de 1956, bem como nas Atas das reuniões da Aciapu de 13 de julho de 1954 a 19 de março de 1956.

Em 1956, o Deputado Rondon Pacheco proferiu um discurso na Câmara Federal, reclamando a morosidade com que vinha sendo tratado o assunto sobre a Escola Agrotécnica de Uberlândia. Esse discurso foi publicado no Diário do Congresso Nacional e apresentado na íntegra no jornal Correio de Uberlândia.

[...] A simples posição geográfica do empreendimento seria bastante para justificar a sua realização com a maior urgência. Entretanto, a matéria demora, nos canais burocráticos, insensíveis á realidade nacional, principalmente àquela realidade dos que vivem no interior do País e daqueles que trabalham a Terra. É penoso, sr. Presidente, ser veículo de reclamação como a que ora faço. [...] Podem avaliar V. Excia. e os ilustres srs. Deputados o que isto significa de DECEPCIONANTE para homens e mulheres , chefes de famílias e jovens filhos de agricultores, para aqueles mesmos agricultores cuja tẽmpera e tenacidade fizeram do Triângulo e do Brasil Central um grande celeiro de abastecimento [...]. Os mineiros do Triângulo esperam seja construída a Escola Agrotécnica de Uberlandia, para que os filhos dos agricultores, os filhos dos vaqueiros que tanto têm feito pela pátria, possam se educar e aperfeiçoar nos seus métodos de trabalho (PROTESTA Rondon contra o congelamento de uma verba para a Escola Agrotécnica, 1956, p. 1).

Rondon Pacheco participou ativamente na efetivação de vários empreendimentos que beneficiaram o município. Quando foi eleito Deputado Federal, em 1951, ficou mais acessível a comunicação entre Uberlândia e o Governo Federal, assim, os interesses da cidade expressos por suas elites poderiam ser mais facilmente atendidos. Além disso, o poder político uberlandense ficou ainda mais fortalecido na esfera federal no processo de interiorização do País, a capacidade de reivindicar verbas e melhorias para o município aumentou com a transferência da capital brasileira para a região central. A construção da Escola Agrotécnica de Uberlândia foi beneficiada com a atuação de Rondon Pacheco, que estabelecia essa comunicação entre o município e o Distrito Federal.

Propagava-se o discurso de que o Brasil era um país de vocação agrícola como justificativa para a instalação de uma escola agrotécnica na cidade de

Uberlândia,urgia a formação de mão de obra especializada que fosse capaz de dar respaldo ao processo produtivo que se instaurava. Afirmava-se ser necessária a implantação e o conhecimento de técnicas modernas que proporcionariam o aumento da produção e diminuiriam os preços dos produtos para a população. Mas essa não era a única razão de a elite uberlandense lutar por esse empreendimento, cujos interesses estavam em consonância com as políticas implementadas no País naquela época.

Vimos que já havia no estado de Minas Gerais três escolas agrícolas de nível médio, nas seguintes cidades: Barbacena, Florestal e Muzambinho. Outras foram inauguradas antes do Colégio Agrícola de Uberlândia, nas cidades de Rio Pomba, Bambuí, Montes Claros e Januária, conforme já informamos. Como Uberlândia buscava sempre seguir as tendências do País, requisitava a instalação de seu colégio agrícola tal como as outras cidades. Tal fato se confirmou no artigo do jornal Correio de Uberlândia, que divulgou a inauguração da Escola Agrotécnica de Muzambinho:

Trouxe o Cruzeiro da semana passada um artigo ilustrado sobre a cidade do sul de Minas, Muzambinho, quando da inauguração de sua esplêndida escola agro-pecuária [...]. Podemos, agora, dar aos uberlandenses a grata notícia de que a construção da Escola Agrotécnica de Uberlândia vai ser uma realidade em breve. E esperamos que ela seja uma belíssima realidade: como a escola agrotécnica de Muzambinho, que é uma cidade dentro de outra cidade (EM BREVE iniciar-se-ão as obras da Escola Agro-Técnica de Uberlândia, 1954, p. 1).

Se Muzambinho, que é uma cidade dentro de outra cidade, já possuía uma “belíssima” escola agrotécnica, Uberlândia também deveria ter a sua. A cidade também temia que sua escola fosse transferida para Uberaba-MG, como se verifica pelo artigo publicado no Correio de Uberlândia:

Será um fato a instalação da escola média de agricultura em Uberaba”. O assunto era ventilado na vizinha cidade, tem muito de interesse para nós de Uberlândia, eis que nossa cidade que possui em vias de instalação uma Escola Agrotécnica localizada na estação do Sobradinho, fica numa posição indecisa principalmente sabendo da natural força dos políticos uberabenses ao conseguir benefícios para sua cidade e levando-se em consideração a iminência que poderemos nos colocar de perder nossa Escola Agrotécnica que, poderia transferir-se para Uberaba. [...] Se acaso os uberabenses quiserem ter a sua que arranjem uma escola particular para eles, porque Uberlândia cansada de esbulhos não mais recuará na defesa

dos seus direitos (SAIRÁ Também de Uberlândia nossa Escola Agrotécnica?, 1956, p. 1).

A rivalidade entre as duas cidades era algo evidente, e o jornal solicitava das autoridades políticas providências para não permitir que a escola fosse transferida para Uberaba e afirmava que, se isso acontecesse, estava claro que esses políticos eram inimigos de Uberlândia. Em outro artigo, afirma que outras escolas já haviam sido transferidas para Uberaba: “[...] temos assistido muitas vezes uma certa cidade vizinha levar para lá escolas que por direito, promessa de Juscelino e conquista nos pertenciam” (ESCOLA Agrotécnica de Uberlândia ou de Uberaba?, 1956, p. 1).

Outro fator que levou Uberlândia a lutar em favor da criação do Colégio agrícola de Uberlândia decorreu da conjuntura do País naquela época. As décadas de 1940 e 1950 se caracterizaram pelo intenso êxodo rural, as precárias condições de vida no campo, a substituição da mão de obra humana pela máquina, o aumento da concentração de terra, bem como o desenvolvimento que ocorria nas cidades nesse período, decorrente do incentivo a industrialização, fizeram com que as populações rurais migrassem para o setor urbano em busca de emprego e moradia. Portanto, tornava-se imprescindível criar políticas educacionais que fixassem o trabalhador rural na propriedade de origem e evitassem o inchaço nas zonas urbanas. Esta postura política de disseminação do ensino para as camadas sociais, a denominada massificação do ensino, buscou definir e distinguir

[...] o que deve ser ensinado, de um lado, para a “elite” e, de outro, para a prática, visando, nesse último caso, ao mercado nas suas últimas vertentes: o ensino normal para o preparo de professores de formação básica, o ensino profissionalizante visando o comércio urbano/industrial, o ensino rural devotado as práticas agropecuárias, com a meta de fixar o homem no campo (SOBRINHO, 2003, p. 171).

Constata-se uma ampliação das opções de educação voltada para as massas, a formação da elite já não era o único viés para a modernização e Uberlândia, que sempre intentou seguir o desenvolvimento que se processava no País, também delineou as instituições de ensino próprias para a consecução desse objetivo. Percebe-se, pelos artigos publicados no jornal Correio de Uberlândia e nos discursos apresentados na Aciapu, essa ideia de relação causa e efeito, reforçando o papel do ensino profissional como meio para atingir a modernização. Um artigo, publicado no jornal Correio da Manhã dia 12 de julho de 1957 e lido na reunião da

Aciapu dia 18, demonstra a concepção propagada sobre a importância da formação técnica.

[...] Mas Uberlândia não está contente. Quer progredir muito mais e muito mais depressa. Precisa, portanto, trabalhar rigorosamente dentro da técnica. [...] Para isto, portanto, se faz mister criar um Instituto Agronômico que sirva o Triângulo Mineiro, Mato Grosso e Goiás, pertencentes a região Centro-Oeste. [...] Não é mais possível trabalhar fora da técnica. A técnica se cria nos Institutos Agronômicos e nas Estações Experimentais deles dependentes. Justifica-se, portanto, a solicitação dos Triangulinos. Espera-se o Sr. Ministro Mário Meneghetti não termine sua administração sem dotar o Centro-Oeste, ora em pleno desenvolvimento, de um Instituto Agronômico (ACIAPU, 1957, p.188).

Esse tipo de discurso, proferido constantemente pelos meios de comunicação de massa, fazia com que a população se sentisse parte integrante e responsável pelo progresso do País, mas sabe-se que os projetos elaborados pela classe dominante sempre resguardam a parcela que lhes dá vantagem, os interesses de um grupo se apresentam como interesse da maioria da sociedade. Segundo Nunes:

[...] esse discurso, para ser eficaz, precisa impregnar o imaginário coletivo da maioria da população, reelaborando-o com imagens capazes de garantir a sua acomodação aos interesses da classe dominante. Aqui a ideologia opera transformando o particular em universal, os interesses de uma classe nos interesses de toda a sociedade (NUNES, 1993, p. 33).

Na construção da Escola Agrotécnica de Uberlândia, a imprensa cumpriu o papel de transformar uma aspiração da elite em um desejo de toda a população, ao deflagrar o valor que a população depositava no desenvolvimento econômico da cidade, como quando afirmou o Correio de Uberlândia que as autoridades deveriam trabalhar em torno do seguinte pensamento: “nos achamos no século do Homem do Povo” (INSTITUTO Agronômico para Uberlândia, 1957, p. 2). O referido jornal também apresentava, constantemente, que a criação da escola era um antigo sonho da população uberlandense:

O caso da Escola Agrotécnica de Uberlândia, a localizar-se no Sobradinho, é uma velha aspiração de nosso povo, pela qual, a Cidade-Jardim há muito vem se batendo com esforço e denodo, no sentido de fazer com que se concretize palpavelmente (sic) a magnífica idéia de grande valor no nosso panorama cultural-educacional (FALTA pouco para a construção da Escola Agrotécnica, 1956, p. 1).

Além do papel de formação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, o ensino técnico e profissionalizante também era visto como instrumento de disciplinamento, a concepção de trabalho era difundida como um caminho para que cada indivíduo fizesse sua parte no desenvolvimento da cidade, mas, era acima de tudo, uma forma de adestrar corpos e mentes por meio do disciplinamento e da moralização (NUNES, 1993).

### **Considerações Finais**

A Lei Orgânica do Ensino Agrícola trouxe esperanças de concretização de uma “velha aspiração dos uberlandenses”, a criação de uma escola de formação agrícola. Este anseio se tornou realidade em 1954, com o consentimento do Ministro da Agricultura, mas os problemas de ordem política e econômica da época retardaram sua efetivação. A criação do Colégio Agrícola de Uberlândia passou pelas mãos de seis governos, e muitos destes se encontravam politicamente instáveis, como é o caso dos antecedentes que provocaram o suicídio de Vargas em 1954, a renúncia de Jânio Quadros em 1961 e a deposição de João Goulart em 1964.

Devido ao breve período de mandato presidencial, as políticas econômicas tendiam a priorizar os projetos de concretização em curto prazo. Como a educação não apresentava resultados imediatos para o crescimento econômico, seus investimentos iam sendo protelados. E se levarmos em consideração o fato de o setor agrícola já se encontrar em segundo plano nas políticas econômicas brasileiras, a educação voltada para este setor ficava ainda mais marginalizada. Segundo Smith (1975-1983, p. 215), conferia-se “[...] baixa prioridade à quantidade e qualidade da educação, e as estatísticas indicam que as áreas agrícolas e rurais são as que sofrem maior negligência”. Conforme o autor, somente 0,22% do total de pessoas ativas na agricultura concluiu pelo menos o ginásio (compreendendo oito anos de duração) na década de 1960.

Uberlândia se beneficiou com a atuação de Juscelino Kubitschek como governador de Minas Gerais, ao possibilitar o intercâmbio entre o município e as autoridades do Governo Federal para a autorização da criação de um colégio agrícola e ao doar um terreno pertencente ao Governo Estadual para tal finalidade. Quando Kubitschek foi Presidente da República (1956-1961), os investimentos para o setor agrícola ficaram restritos à melhoria na infraestrutura do comércio e das

estradas e na remoção dos pontos de estrangulamentos. O aumento da produção agrícola não era enxergado como condição necessária para o desenvolvimento da economia, dessa forma, a sua política privilegiou o desenvolvimento da industrialização. Para o setor primário, seu Plano de Metas proporcionou a melhoria da comercialização por meio da construção e pavimentação de rodovias, na modernização da frota comercial e na construção de armazéns. Nesse período, as obras do Colégio foram sendo adiadas por falta de investimento, tendo sido iniciadas, efetivamente, somente em 1960.

As Reformas de Base empreendidas por João Goulart, apesar de considerar o setor agrícola como prioridade, ainda pouco fizeram para a educação voltada para o campo, sua política econômica dava preferência para a reforma agrária. No contexto educacional, presenciava-se a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4.024/61, que trouxe algumas inovações para o ensino técnico e profissionalizante, tais como a equivalência entre estes e o ensino secundário de nível médio garantindo, também, aos primeiros, o direito ao acesso ao ensino superior.

Os governos militares divulgavam o discurso de que a condição retardatária da agricultura, com relação à indústria, poderia comprometer o desenvolvimento da economia. Entre as várias medidas tomadas pelos governos, vê-se, pela primeira vez a formação de mão de obra qualificada, sendo colocada como condição necessária para modernização do setor agrícola. Consideravam que a falta de escolaridade era um obstáculo à introdução de novas tecnologias no meio rural, e para tanto, seria necessário qualificar o trabalhador rural para a utilização de máquinas e técnicas modernas de produção. O ensino profissionalizante recebeu bastante incentivo nesse período, os militares colocaram a educação a serviço dos interesses econômicos, defendiam que a melhor capacitação do trabalhador resultaria no aumento da produtividade, tanto do setor primário quanto do secundário, apesar de os investimentos terem sido mais elevados para a indústria.

O acordo para a criação do Colégio Agrícola de Uberlândia foi assinado em 1957, mas a inauguração da instituição só ocorreu doze anos depois, em 1969. Concluiu-se que o insuficiente e irregular fornecimento de recursos financeiros foi o principal motivo para o atraso das obras. No período militar vimos um avanço na construção do prédio, nessa época Rondon Pacheco foi Ministro Chefe da Casa Civil e Virgílio Galassi se tornou Diretor do INDA, várias autoridades políticas do

Ministério da Agricultura e do MEC visitaram as obras do CAU para avançar a sua fundação.

## Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE UBERLÂNDIA, ACIAPU. **Ata da reunião realizada no dia 18 jul. 1957**. Uberlândia, 1957. Livro 14, Atas n. 816-883 de 2 de fev. 1956 a 8 ago. 1957, p. 188.

\_\_\_\_\_. **Ata da reunião realizada no dia 11 fev. 1959**. Uberlândia, 1959. Livro 16, Atas n. 928-982 de 20 de mai. 1958 a 11 ago. 1959, p. 172.

\_\_\_\_\_. **Ata da reunião realizada no dia 23 ago. 1960**. Uberlândia, 1960. Livro 17, Atas n. 983-1053 de 12 de ago. 1959 a 2 mai. 1961, p. 153 e 180.

AGROTÉCNICA na Assembléia de MG. **Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 2 jun. 1959, n. 40, p. 1.

ÁGUAS minerais de Sobradinho. **Anuário Uberlandense**. Uberlândia, 1958, p. 47-48.

ARANTES, Eugênio Pimentel. **[carta]**. Uberlândia, 23.09.1959. Carta a Rondon Pacheco solicitando providências para a liberação de verbas para a construção da Escola Agrotécnica de Uberlândia.

BARBOSA, Jomar Magalhães. et al. Mudanças na Paisagem e Uso do Solo na Área Rural de Sobradinho, Uberlândia, MG. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia, v. 7, n. 17, p. 180-191, fev. 2006. Disponível em: <[http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/Mudancas\\_Paisagem\\_UberlandiaID-uatUg4dMmf.pdf](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/Mudancas_Paisagem_UberlandiaID-uatUg4dMmf.pdf)>. Acesso em: 10 de junho de 2010.

BRASIL. Decreto nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964. Altera a denominação de escolas de iniciação agrícola, agrícolas e agrotécnicas. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 fev. 1964. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br>>. Acesso em: 27 de maio 2010.

BRASIL. Decreto-lei nº 60.731, de 19 de maio de 1967. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 maio 1967. Disponível em: <[www.prolei.inep.gov.br/index.jsp](http://www.prolei.inep.gov.br/index.jsp)>. Acesso em 15 de setembro de 2010.

BRASIL. Decreto-lei nº 63.788, de 12 de dezembro de 1968. Regulamenta a Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968, que dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 dez. 1968. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 12 de maio 2010.

BRASIL. Decreto-lei nº 63.788, de 12 de dezembro de 1968. Regulamenta a Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968, que dispõe sobre o preenchimento de vagas nos

estabelecimentos de ensino agrícola. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 dez. 1968. Disponível em: <[http:// www6.senado.gov.br](http://www6.senado.gov.br)>. Acesso em: 12 de maio 2010.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Termo de Acordo celebrado entre o Governo da União e o do Estado de Minas Gerais para instalação de uma Escola Agrotécnica no Município de Uberlândia. **Diário Oficial da União (Seção 1)**. Rio de Janeiro, DF, 23 out. 1957, ano XCVI, n. 244 p. 48.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Ata da reunião realizada no dia 6 ago. 1964**. Uberlândia, 1964. Livro 66, p. 36. Arquivo Público de Uberlândia.

\_\_\_\_\_. **Ata da reunião realizada no dia 7 ago. 1964**. Uberlândia, 1964. Livro 66, p. 40. Arquivo Público de Uberlândia.

CAU receberá trezentos alunos. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 25 abr. 1968, n. 59 B, p. 1.

CENAFOR. Divisão de Pesquisa e Desenvolvimento. **Escolas de 2º grau da área primária no Brasil**: um estudo quantitativo: estabelecimento. São Paulo, 1975. (Relatório DPD-1975, v. 1). Projeto n. 01/808/003/74, convênio Cenafor/Inep.

COLÉGIO Agrícola sai breve: tem convênio. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 14 nov. 1967, n. 58, p. 1.

COLÉGIO Agrícola tem verba de 12 milhões. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 19 set. 1965, n. 54, p. 1.

COLÉGIO Agrícola: conclusão em 1966. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 3 jun. 1966, n. 55, p. 1.

DAMASCENO, Lylia Simonassi. **Retrospectiva Histórica da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia**. Uberlândia: [s.n], 1991.

DELEGADO do MA visitou Escola Agrotécnica. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 6 maio 1966, n. 55, p. 1.

DR. ZENAIDE veio inspecionar Colégio. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 19 maio 1966, n. 55, p. 1.

EM BREVE iniciar-se-ão as obras da Escola Agro-Técnica de Uberlândia. **Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 3 jan. 1954, n. 30, p. 1.

ESCASSEZ de agrônomos. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 10 jan. 1952, n. 26, p. 2.

ESCOLA Agrotécnica de Uberlândia ou de Uberaba?. **Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 6 mar. 1953, n. 34, p. 1.

ESCOLA Agrotécnica em ritmo de progresso. **Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 12 out. 1961, n. 45, p. 8.

FALTA pouco para a construção da Escola Agrotécnica. **Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 21 abr. 1956, n. 34, p. 1.

FERREIRA, Joaquim. **[carta]**. Uberlândia, 17.07.1959. Carta enviada ao Congresso Regional Industrial solicitando providências nas obras da Escola Agrotécnica de Uberlândia.

FERREIRA, Joaquim. et al. **[carta]**. Uberlândia, 15.10.1967. Carta enviado ao Deputado Vasconcelos Costa solicitando andamento das obras do Colégio Agrícola de Uberlândia.

GONÇALVES Azevedo visitou Colégio Agrícola: levará relatório. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 28 dez. 1965, n. 54, p. 1.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e Desenvolvimento Econômico do Triângulo Mineiro**: integração nacional e desenvolvimento regional. Uberlândia: EDUFU, 2010.

INSTITUTO Agrônômico para Uberlândia. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 16 jul. 1957, p. 2.

NESTE semestre Colégio Agrícola em funcionamento. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 30 jan. 1969, n. 62, p. 1.

NUNES, Leandro José. **Cidade e Imagens**: progresso, trabalho e quebra-quebras, Uberlândia 1950-1960. 1993. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de História – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

PACHECO, Rondon. **[carta]**. Uberlândia, 11.09.1959, carta enviada ao Diretor da Escola afirmando estar tomando providências para obtenção das verbas junto ao Superintendente da Seav.

PROTESTA Rondon contra o congelamento de uma verba para a Escola Agrotécnica. **Correio de Uberlândia**, 26 jun. 1956, n. 34, p. 1.

RODRIGUES, José. et al. **[carta]**. Uberlândia, [1957-1961], carta de um grupo de moradores da Fazenda Sobradinho reivindicando a instalação da Escola Agrotécnica de Uberlândia.

RONDON inaugura Colégio Agrícola e traz Tarso e Arzua. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 4 abr. 1969, n. 62, p. 1.

SAIRÁ também de Uberlândia nossa Escola Agrotécnica?. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 23 fev. 1956, n. 34, p. 1.

SMITH, Gordon W. A Política Agrícola Brasileira, 1950-1967. In: ARAÚJO, P. F. C. de; SCHUH, G. E. (Org.). **Desenvolvimento da Agricultura**: estudos de casos. São Paulo: Pioneira, 1975-1983, p. 213-256.

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Habitação e Produção do Espaço em Uberlândia**. 1988. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

SOBRINHO, Vicente Batista de; INÁCIO FILHO, Geraldo. Imprensa e Massificação do Ensino em Minas Gerais: preliminares do percurso histórico (1940-1960).

**Cadernos de História da Educação.** Uberlândia, MG, v. 1, n. 1, p. 127-132, jan./dez. 2002.

UMA grande vitória de Uberlândia. **Correio de Uberlândia**, 9 maio 1953, n. 28, p. 1.